



A Maçonaria e a Igreja Cristã

Eduardo Carlos Pereira





Copyright © 2025 Vida & Caminho

5ª Edição

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser usada ou reproduzida por qualquer meio, gráfico, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de recuperação de informações, sem a permissão por escrito da Editora, exceto no caso de breves citações inseridas em artigos críticos e resenhas.

Publicado no Brasil por:

Editora Vida & Caminho

Rua da Consolação, 2121 • 6º andar

CEP 01301-100 • São Paulo, SP

Telefone |11| 3105-7773

www.vidaecaminho.com.br

Organização

Sérgio Gini

Projeto gráfico, Editoração, Diagramação

Imaginativa Soluções Criativas

Design da Capa

Endrik Silva



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pereira, Eduardo Carlos, 1855-1923

A maçonaria e a Igreja Cristã / Eduardo Carlos Pereira ; organização Sérgio Gini. -- 5. ed. -- São Paulo : Vida & Caminho, 2025.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88646-35-9

1. Cristianismo - História 2. Maçonaria
3. Presbiterianismo I. Gini, Sérgio. II. Título.

25-275889

CDD-270

Índices para catálogo sistemático:

1. Cristianismo : História 270

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415





Sumário

Apresentação	5
Introdução à 5ª edição	
A Maçonaria e a Igreja Presbiteriana no Brasil	11
Um Ano Antes: Protesto contra a Decisão de Sínodo em 1900	55
Preâmbulo	67
A razão contra a Fé	71
Convite	79
 Capítulo I	
A Maçonaria ou a Igreja	83
 Capítulo II	
Os ritos maçônicos	97
 Capítulo III	
A Maçonaria e o 3.º mandamento	105
 Capítulo IV	
A Maçonaria e a mediação de Cristo	115
 Capítulo V	
O culto maçônico	125





Capítulo VI

A pena de morte da Maçonaria	135
------------------------------	-----

Capítulo VII

A Maçonaria e o 1.º mandamento	149
--------------------------------	-----

Capítulo VIII

A Maçonaria e os dois primeiros mandamentos	159
---	-----

Capítulo IX

A Maçonaria na Igreja	173
-----------------------	-----

A Maçonaria na Igreja	185
-----------------------	-----

Vinte Anos Depois	195
-------------------	-----

Origens e filiação histórica da Maçonaria	207
---	-----

Carta Aberta (<i>Antônio Gomes da S. Rodrigues</i>)	215
---	-----

Aos Crentes Maçons	219
--------------------	-----

Carta Aberta (<i>Henrique Pereira Ribeiro</i>)	223
--	-----

Referências Bibliográficas	
----------------------------	--





Apresentação

Desde sua primeira publicação em 1901, *A Maçonaria e a Igreja Cristã* tem sido um marco no debate sobre a relação entre a fé evangélica e a Maçonaria no Brasil. Escrita pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, o primeiro intelectual protestante brasileiro, esta obra se tornou um panfleto vigoroso em defesa da pureza doutrinária e da identidade da Igreja diante das influências da Sublime Ordem.

Não é nenhum exagero apontar que ela foi primordial para o nascimento e o rápido crescimento, via adesões, da Igreja Presbiteriana Independente Brasileira, nome que foi adotado em 1º de agosto de 1903, depois que um grupo de sete pastores e quinze presbíteros se desligaram oficialmente do Sínodo – o supremo concílio na época – da Igreja Presbiteriana no Brasil.

A Maçonaria e a Igreja Cristã tornou-se, nos primeiros anos da nova denominação, independente e autônoma, uma espécie de “mito fundador”, que orientou e serviu de pauta para suas lutas, vitórias, derrotas e de sua idiossincrasia, pelo menos até o início





dos anos 1940. Isso foi motivado pela segunda edição, de 1922, que saiu menos de um ano antes da morte do Rev. Eduardo.

A terceira e quarta edições vieram em momentos em que a Igreja passou por outras turbulências que quase a levaram à deriva. A reedição de 1945, saiu logo após a crise que ficou conhecida como *Questão Doutrinária*, opondo liberais, conservadores e os neutros, e que tanto prejuízo causou para o desenvolvimento da denominação. A quarta edição, de 1978, veio, com um certo atraso, para recuperar a “identidade” da Igreja depois da crise do movimento carismático, que ocasionou novas divisões e rememorou antigas feridas.

Dessa vez, qual seria o motivo da sua reedição? *A Maçonaria e a Igreja Cristã* é um clássico do protestantismo brasileiro. Embora faça parte da identidade denominacional da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, ela é obra para ser lida e conhecida por todo o movimento protestante e evangélico do país.

O debate sobre a compatibilidade entre a Maçonaria e o cristianismo continua atual. Se na virada do século 19 para o 20 essa questão dividia o protestantismo nacional, hoje observamos que o tema persiste, especialmente com a adesão de líderes de igrejas emergentes, sejam históricas, pentecostais e neopentecostais à Maçonaria. A Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, por sua vez, mantém sua posição histórica e doutrinária, reafirmando a incompatibilidade da Maçonaria com a fé cristã, conforme expressa em seus documentos oficiais, especialmente a sua Constituição.

Quase duas gerações já se passaram desde a última edição. Daí, a necessidade de colocarmos esse livro novamente em circulação. Aliás, outras obras clássicas do protestantismo nacional





precisam voltar a circular. Em um mundo em que o efêmero e a subjetividade dominam, é necessário disponibilizar, em linguagem atualizada e nas diversas plataformas de mídia, o que a igreja protestante brasileira tem produzido ao longo de mais de 150 anos de presença em nosso país.

Algumas rápidas considerações para incentivar você a ler este livro:

Nesta 5ª edição, procuramos respeitar a obra original, mas fizemos adaptações necessárias para torná-la mais acessível ao leitor contemporâneo. O português do final do século 19, carregado de expressões arcaicas e em um estilo rebuscado, foi ajustado para garantir fluidez e clareza, sem comprometer o tom combativo e panfletário característico do texto, ao Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2006.

Outro ponto de destaque nesta edição foi o minucioso trabalho de pesquisa das fontes utilizadas pelo autor. Como era comum na época, muitas citações foram feitas sem as devidas referências bibliográficas, o que nos levou a buscar cada uma delas, restabelecendo a autoria e a exatidão das informações. Ainda assim, é possível que o leitor atento perceba alguma omissão ou imprecisão, inerentes a um esforço dessa magnitude.

Nos textos que são de autoria do Rev. Eduardo Carlos Pereira inserimos a versão da Bíblia na Tradução Brasileira, ainda hoje disponibilizada pela Sociedade Bíblica do Brasil. Infelizmente pouca gente conhece essa versão. Ela foi um projeto ousado da Sociedade Bíblica Americana que compôs uma comissão de tradução em 1903, com o objetivo de se ter uma tradução da Bíblia diretamente dos originais, sem as influências das traduções portuguesas que esta-





vam disponíveis no Brasil na época, a de João Ferreira de Almeida e a de Antônio Pereira de Figueiredo. Dois pastores da Igreja Presbiteriana Independente fizeram parte da comissão, o próprio Rev. Eduardo Carlos Pereira, responsável pela correção gramatical, e o Rev. Alfredo Borges Teixeira, que auxiliou nas traduções dos originais em grego. O Novo Testamento da Tradução Brasileira foi lançado em 1908 e a Bíblia toda foi concluída em 1914. Por conta da 1ª. Guerra Mundial, a nova Bíblia só foi lançada no Brasil em 1917.

Por fim, esta edição não se destina apenas a reavivar polémicas passadas, mas a oferecer às novas gerações um registro dos debates que moldaram o protestantismo no Brasil. Ao compreenderem os embates teológicos, institucionais e sociais que marcaram o fim do século 19 e o início do século 20, os leitores poderão refletir sobre o significado de ser evangélico/protestante na atualidade.

Que esta obra continue a cumprir seu propósito de esclarecer e edificar a Igreja, fortalecendo seu compromisso com a verdade do Evangelho.

São Paulo, verão de 2025

Rev. Dr. Sergio Gini

Presidente da Assembleia Geral da

Igreja Presbiteriana Independente do Brasil





Introdução à 5ª edição

A Maçonaria e a Igreja Presbiteriana no Brasil

A Ordem Maçônica exerceu grande influência nos escalões mais elevados da sociedade brasileira desde o início do Império, incluindo figuras centrais como os próprios imperadores. A primeira manifestação significativa de seu poder na esfera eclesiástica ocorreu nos anos 1870, durante o conflito entre o Imperador D. Pedro II e os bispos católicos D. Vital, de Pernambuco, e D. Macedo Costa, do Pará.

Havia numerosos clérigos católicos que também eram maçons, e o próprio Imperador, por ser maçom e chefe da Igreja no Brasil devido aos direitos de padroado, desempenhava um papel crucial nessa dinâmica. Os bispos mencionados, especialmente D. Vital, tentaram impedir a presença ostensiva da Maçonaria na Igreja, com destaque para os pedidos de celebrações especiais de missas pela Ordem. Em resposta, o Imperador, alegando abuso de autoridade, processou D. Vital, que acabou cumprindo pena de prisão.





O episódio, registrado na história do Brasil como a *Questão Religiosa*, expôs a tensão entre a hierarquia católica e o sistema paralelo de poder representado pela Maçonaria. Esse conflito ilustra a perturbação de uma estrutura eclesiástica que se via pressionada por outra hierarquia influente.¹

Nas últimas três décadas do Império, já havia na Igreja Católica brasileira aqueles que lutavam pela romanização da Igreja, ou seja, resolver a constante tensão entre o galicanismo (a autonomia da Igreja local em relação a Roma) e o ultramontanismo (a submissão à autoridade papal). É importante lembrar que, entre o clero brasileiro, havia sacerdotes e prelados que aspiravam à completa independência da Igreja no Brasil, semelhante à independência anglicana na Inglaterra.

Não é impossível considerar que o mesmo sentimento existisse entre os brasileiros convertidos ao protestantismo: o desejo de um protestantismo nacional. Contudo, nos dois casos, os vetores maçônicos operavam em sentidos opostos: entre os católicos, no sentido de nacionalizar a Igreja; e, entre os protestantes, na direção da manutenção do poder externo.

Entre os norte-americanos, a Maçonaria era uma organização amplamente respeitada e parte integrante da história do país, especialmente pela sua participação ativa na Guerra da Independência (1775–1783), que contou com o envolvimento de muitos protestantes maçons. Para um missionário norte-americano, participar da organização maçônica, ainda mais fora de sua terra natal, era uma forma de se inserir na nova sociedade.

1. VIEIRA, David Gueiros. *O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1980.





Embora a história da Maçonaria esteja repleta de mitos e lendas relacionados ao Rei Salomão, às Cruzadas e aos Cavaleiros Templários, sua manifestação moderna remonta à Inglaterra, através das confrarias de pedreiros livres – daí a designação “maçom”, ou “pedreiro”. Isso justifica a simbologia do compasso, do fio de prumo, do esquadro, entre outros.

A primeira organização formal da Maçonaria moderna foi a Grande Loja de Londres, fundada em 24 de junho de 1717, a partir da união de quatro pequenas lojas: três compostas por trabalhadores e uma formada por nobres e homens de destaque. Curiosamente, o sistematizador da Constituição Maçônica foi o pastor presbiteriano Rev. James Anderson (1679–1739), um dos fundadores da Grande Loja.

Nascido em Aberdeen, na Escócia, Anderson estudou no Seminário da Igreja da Escócia, mas foi ordenado pastor presbiteriano em uma antiga paróquia huguenote, em Londres. O “rito escocês”, amplamente conhecido na Maçonaria atual, deriva em parte dos estudos conduzidos pelo pastor escocês.²

O início da controvérsia maçônica

A controvérsia que emergiu no seio da jovem Igreja Presbiteriana brasileira, nos últimos anos do século 19, trouxe à tona duas questões fundamentais sobre a Maçonaria: primeiro, se ela poderia ser considerada uma religião; e segundo, caso fosse, se seria compatível com o cristianismo. O Rev. Francisco Lotufo, pastor da Igreja Presbiteriana e depois da Igreja Presbiteriana Independente

2. STEVENSON, David. *James Anderson: Man & Mason*. Heredom: Transactions of the Scottish Rite Research Society, v. 10, 2002, p. 93-138.





de Botucatu, SP, relembrou em um artigo de 1923 que “*fazia-se uma ativa propaganda a favor da Maçonaria em nossas igrejas*”.³

A presença da Maçonaria dentro da Igreja Presbiteriana, de fato, não era insignificante. Muitos maçons figuravam entre pastores nacionais e missionários, além de presbíteros e membros em geral. De acordo com o primeiro historiador do presbiterianismo brasileiro, o Rev. Vicente Themudo Lessa, o jornal *O Estandarte* ⁴ nunca demonstrara “*aversão ou hostilidade para com a sublime ordem*”. E prossegue o historiador:

Quem folhear as coleções de 1895 em diante só notará palavras de simpatias. Alguns crentes maçons como o capitão Ramalho Pinto, de Minas, e um presbítero de Cabo Verde não se esqueciam, por vezes, dos *três pontinhos* na assinatura ou intercalados nos artigos. Ainda em outubro de 1898, sob o título *Pela maçonaria*, transcreveu-se um documento maçônico atacando os salesianos e seus abusos na prática da caridade.⁵

Essa situação chamou a atenção do médico Dr. Nicolau Soares do Couto Esher, um nome de destaque no movimento anti-maçônico que culminou com o rompimento em 1903. Recebido

3. LOTUFO, Francisco. Um grande morto. A ação do Rev. Eduardo Carlos Pereira na Igreja Presbiteriana. *O Estandarte*, São Paulo, 12 abr. 1923, p. 5.
4. O jornal *O Estandarte* foi fundado em 1893 como sucessor do jornal *Imprensa Evangélica*, o primeiro jornal protestante do Brasil, criado em 5/11/1864 no Rio de Janeiro, idealizado pelo Rev. Ashbel Green Simonton, e que deixou de circular em 1892. Os fundadores de *O Estandarte* foram os pastores brasileiros Rev. Eduardo Carlos Pereira e Rev. Bento Ferraz de Arruda juntamente com o presbítero Joaquim Alves Correia. Está em funcionamento até hoje, sendo ao lado do jornal *Expositor Cristão*, da Igreja Metodista, os mais antigos do país.
5. LESSA, Vicente Themudo. *Anais da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo [1863-1903]: subsídios para a história do presbiterianismo brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2010, p. 506.





na Igreja Presbiteriana de São Paulo pelo missionário norte-americano Rev. Chamberlain, em 1885, o Dr. Nicolau era jornalista experiente e vinha de uma linhagem ligada à nobreza brasileira. Sua mãe, dona Henriqueta Augusta Soares do Couto, e sua avó, dona Gabriela Carneiro Leão⁶, haviam sido batizadas pelo Rev. Robert Kalley, na Igreja Evangélica Fluminense em 1859⁷. Como presidente da Associação Cristã de Moços – ACM, de São Paulo, organizada em 1895⁸, o Dr. Nicolau acompanhava com interesse os debates políticos e religiosos da época, incluindo a presença da Maçonaria na Igreja Presbiteriana, possivelmente influenciado pelos episódios ocorridos na Igreja Católica.

Sob o pseudônimo Lauresto — um anagrama formado pelas duas últimas letras de seu nome e sobrenomes, com exceção do último —, o Dr. Nicolau iniciou no final de 1898, em *O Estandarte*, uma série de doze artigos intitulados *A Maçonaria e o Crente*⁹. Como também era colaborador do jornal *O Christão*, órgão livre dirigido em sua maioria por pastores e membros da Igreja Evangélica Fluminense, passou a republicar seus artigos também naquele periódico com os mesmos títulos de *O Estandarte*.

Com grande erudição, Lauresto desenvolveu argumentos sólidos e detalhados para sustentar sua tese de que a Maçonaria era incompatível com o cristianismo, pois se tratava de uma religião cujos princípios divergiam ou se opunham aos do Evangelho.

6. Gabriela Candida Soares Netto Carneiro Leão (1812-1896) era irmã de Honório Hermeto Carneiro Leão, ministro da Justiça no Império e depois Marquês de Paraná.
7. De origem presbiteriana, o Rev. Robert Reid Kalley (1809-1888), foi um médico e missionário escocês, reconhecido como um dos pioneiros do protestantismo no Brasil. Vindo por conta própria ao país em 1855, ele fundou a Igreja Evangélica Fluminense, de governo congregacional, em 1858.
8. A ACM de São Paulo (YMCA na sigla em inglês) foi a segunda a ser organizada no Brasil. A primeira foi a do Rio de Janeiro, em 1893.
9. LAURESTO. A Maçonaria e o Crente. *O Estandarte*, São Paulo, 10 dez. 1898, p. 2, 3.





Os artigos causaram grande impacto, não somente pela sua pesada argumentação contra a Maçonaria, mas também porque o veículo de seus ataques era o jornal dirigido pelos pastores brasileiros, isto é, *O Estandarte*. A partir do terceiro artigo, publicado em 31 de dezembro de 1898, começaram os contra-ataques. O primeiro deles assinado por “*Um Presbiteriano grau 33*”¹⁰. Pelo jornal, os redatores tentaram ao máximo deixar o debate dentro dos limites do razoável. Na edição de 21 de janeiro de 1899, há a seguinte observação da Redação:

Temos em nosso poder a continuação da série de artigos de nosso irmão Laudelino de Oliveira em resposta a Lauresto, bem como um artigo assinado por “*Um Presbiteriano grau 33*”. Desejando guardar no interessante debate a necessária imparcialidade e não convindo, ao mesmo tempo, que esse assunto absorva as colunas de nosso semanário, resolvemos publicar alternadamente os artigos pró e contra. Pedimos a nossos amáveis colaboradores desculpar essa medida que somos obrigados a tomar em vista do espaço limitado de nossa folha e do interesse de nossa causa.¹¹

A partir da edição de 4 de março de 1899, devido à grande quantidade de artigos recebidos, tanto pró quanto contra a Maçonaria, a redação de *O Estandarte* decidiu lançar um suplemento dedicado exclusivamente ao debate, publicado nos dois primeiros números de cada mês. No suplemento de 4 de março, surgiu o primeiro artigo apoiando a tese de Lauresto, assinado por “*Presbiteriano Só*”¹², um trocadilho jocoso em resposta ao colega identificado como “*Presbiteriano Grau 33*”.

10. PRESBITERIANO GRAU 33. Juramento. *O Estandarte*, São Paulo, 31 dez. 1898, p. 2.

11. *O Estandarte*, São Paulo, 21 jan. 1899, p. 4.

12. PRESBITERIANO SÓ. Os Votos. *Suplemento do n° 9 de O Estandarte*, São Paulo, 4 mar. 1899, p. 6.





No suplemento de 30 de março, apareceram novos artigos favoráveis à tese de Lauresto, assinados por Antonio Maria¹³, Othoniel Motta¹⁴ e Ernesto de Oliveira¹⁵, estes últimos, na época, estudantes do Seminário Presbiteriano em São Paulo. Em 13 de abril, novamente Ernesto de Oliveira publica um artigo defendendo tanto Othoniel Motta quanto a tese de Lauresto.¹⁶

Entretanto, no suplemento da edição de 20 de abril, o Rev. Samuel Gammon pediu aos irmãos que reconsiderassem a continuidade do debate, argumentando que o verdadeiro trabalho da Igreja era buscar as “ovelhas desgarradas”, em vez de perder tempo com discussões que ele considerava infrutíferas¹⁷. Finalmente, em 27 de abril de 1899, *O Estandarte* publicou o último suplemento, com apenas um extenso artigo de Lauresto, e encerrou a discussão sobre o tema em suas páginas.

Entre os ministros e leigos que participaram do debate em defesa da Maçonaria e assinaram com seus próprios nomes estavam: os reverendos Laudelino de Oliveira e Lino da Costa (ambos

13. Era colaborador de *O Christão*. Veja MARIA, Antonio. A Maçonaria e o Crente. *O Christão*, Rio de Janeiro, ano 8, n. 86, fevereiro de 1899, p. 10-11.

14. Othoniel de Campos Motta (1878-1951) foi ordenado ao ministério na Igreja Presbiteriana em 14/07/1901. Mais tarde, fez parte do grupo de sete pastores que organizou a Igreja Presbiteriana Independente. É reconhecido como um dos grandes mestres da língua portuguesa no Brasil.

15. Ernesto Luiz de Oliveira (1875-1938) era paranaense e foi ordenado ministro da Igreja Presbiteriana em 21/07/1901. Na época já havia passado em um concurso para professor de matemática no Ginásio de Campinas. Poliglota, se destacou por ser um grande polemista. Publicou mais de 30 livros. Foi o primeiro a se desligar do Sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil na noite de 31/07/1903.

16. OLIVEIRA, Ernesto Luiz de. Exame Maçônico. *Suplemento do n° 15 de O Estandarte*, São Paulo, 13 abr. 1899, p. 6.

17. GAMMON, Samuel R. Pela Ordem. *Suplemento do n° 16 de O Estandarte*, São Paulo, 20 abr. 1899, p. 5.





do grau 18); Tiago Lombardi e Ramalho Pinto (ambos do grau 32) e Francisco de Assis Dias (grau 18).

Por conta dos debates acerca da Maçonaria em *O Estandarte*, mas não somente por isso, surgiu no Rio de Janeiro, sob a liderança do Rev. Álvaro Reis, com os auspícios Sociedade de Propaganda da Igreja Presbiteriana do Rio, a mais antiga do presbiterianismo nacional, o jornal *O Puritano*, cujo primeiro número saiu em 8 de junho de 1899, tendo como redator-chefe o Rev. Antonio Bandeira Trajano. A alegação era de que *O Estandarte* só era simpático às ideias do Rev. Eduardo e seus seguidores. O novo semanário, trouxe no seu editorial a linha que seria dada a partir daquele momento: “... para que a doutrina santa de Jesus não seja mesclada com paixões ou ressentimentos humanos, o ‘O Puritano’ se abstém inteiramente de questões pessoais e de discussões sobre pontos de doutrina”.¹⁸ Na mesma época a Comissão de Missões Nacionais da Igreja Presbiteriana no Brasil decidiu separar a *Revista das Missões Nacionais*¹⁹, que desde 1893 vinha intercalada nas páginas de *O Estandarte* e passou a publicá-la separadamente.

A opinião do redator-chefe de *O Estandarte*

Embora o jornal tenha aberto espaço para ambos os lados, o foco do Rev. Eduardo Carlos Pereira, redator-chefe, não estava voltado para a questão da Maçonaria naquele momento. Sua atenção estava concentrada no *Plano de Recuperação do Seminário* e na

18. TRAJANO, Antonio Bandeira. A Nossa Missão. *O Puritano*, Rio de Janeiro, 08 jun. 1899, p. 1

19. A *Revista* foi idealizada pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira para ser o órgão de divulgação do *Plano de Missões Nacionais* criado por ele e aprovado pelo Presbitério do Rio de Janeiro em 1886. A *Revista das Missões Nacionais* passou a circular em 31 de janeiro de 1887.





publicação de seus artigos sobre o tema do ensino e do envolvimento dos missionários norte-americanos, *Dupla Defesa e Uma Nova Bandeira*.

No entanto, em junho de 1899, o Conselho de Kadosh, órgão máximo da Maçonaria em São Paulo, publicou uma moção de louvor ao jornalista e anarquista Benjamim Mota²⁰, que, em uma série de artigos, havia rebatido as conferências do missionário católico Júlio Maria De Lombaerde²¹ contra o positivismo. Esses artigos, entretanto, empregavam uma linguagem abertamente ateísta, atacando a existência de Deus e a divindade de Cristo.²²

Ao tomar conhecimento do louvor público da Maçonaria a um livro ateu, o Rev. Eduardo Carlos Pereira ficou profundamente escandalizado, especialmente porque sabia que alguns ministros da Igreja Presbiteriana no Brasil participavam ativamente do Conselho de Kadosh. Teria então indagado ao Rev. Francisco Lotufo, enquanto esteve hospedado em sua casa, em Botucatu: *“Como podem, irmãos nossos, pertencer a uma instituição que louva e apoia oficialmente um livro ateu?”*

Conforme o relato do próprio Rev. Lotufo, foi nesse momento que o Rev. Eduardo tomou plena consciência da necessidade de combater a Maçonaria no seio da igreja. E teria lhe dito: *“Ó Lotufo,*

20. Benjamim Franklin Silveira da Mota (1870-1940) era ateu e foi jornalista e advogado, reconhecido como um dos líderes do Anarquismo no Brasil. Em 1901 fundou o jornal anticlerical *A Lanterna*.

21. Júlio Emílio Alberto De Lombaerde (1878-1944) foi um missionário católico belga, naturalizado brasileiro. Era reconhecido por ser um ardoroso defensor da Virgem Maria, daí o seu nome após a ordenação presbiteral que se deu em 13/06/1908, Padre Júlio Maria. Escreveu vários artigos e livros de polêmicas contra os protestantes, em especial os presbiterianos.

22. LOTUFO, *op. cit.* p. 5.





*tua objeção veio lançar luz no meu espírito. Esse Supremo Arquiteto da Maçonaria é, por certo, um deus estranho, e nossos irmãos nem pensam nisso. Vou estudar a questão”.*²³

Não demorou para que, do púlpito da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo, o Rev. Eduardo Carlos Pereira começasse a questionar a Maçonaria e seu sistema de juramentos, votos e orações. Nesse momento, o pastor ainda não havia publicado nenhuma nota de sua autoria em *O Estandarte*, mas as discussões sobre o tema começaram a ganhar força, despertando o interesse dos membros da igreja e levando alguns ao constrangimento.

Segundo o Rev. Vicente Lessa, na reunião do Presbitério de São Paulo realizada em 6 de julho de 1899, foi apresentada uma consulta do diácono e maçom Joaquim Bernardes de Oliveira, enviada pelo Conselho da 1ª Igreja Presbiteriana de São Paulo. A consulta questionava se era permitido ao crente filiar-se à Maçonaria. O Presbitério decidiu encaminhar a questão ao Sínodo para deliberação.²⁴

Na mesma reunião, foi recebido um abaixo-assinado de 10 membros da 1ª Igreja de São Paulo, solicitando ao Presbitério a formação de uma nova congregação na cidade, devido aos desentendimentos desses membros com o Rev. Eduardo Carlos Pereira. Entre os signatários estavam três estudantes do Seminário Presbiteriano: Salomão Barbosa Ferraz, Baldomero Garcia e Matatias Gomes dos Santos, além do próprio diácono Joaquim Bernardes de Oliveira.²⁵

23. *Ibidem*

24. LESSA, *op. cit.*, p. 510. Ver também RIBEIRO, Boanerges. *A Igreja Presbiteriana no Brasil. Da autonomia ao cisma*. São Paulo: Livraria O Semeador, 1987, p. 355.

25. *O Estandarte*, São Paulo, 20 jul. 1899, Importante Reunião, p. 2, 3.





Na edição seguinte de *O Estandarte*, foi publicada a ata de uma Assembleia da igreja, realizada sem a presença do pastor. O documento revelou que os desentendimentos tinham como causa principal os artigos de Lauresto publicados no jornal e a defesa enfática do Rev. Eduardo à tese de que a Maçonaria era incompatível com o Evangelho. Pela paz da igreja, o Conselho consentiu com a saída dos irmãos descontentes. O Presbitério aprovou o pedido, e, no dia 22 de outubro de 1899, foi oficialmente organizada a 3ª Igreja Presbiteriana de São Paulo, com o nome de Igreja Filadelfa Presbiteriana, contando com 24 membros.²⁶

Para fazer justiça e preservar a integridade da história, é importante ressaltar que *O Estandarte* não publicou nenhuma nota sobre a Maçonaria entre os meses de maio e dezembro de 1899. Isso demonstra que o tema, embora relevante, era de fato secundário no foco do jornal à época. A Maçonaria só voltou a ser mencionada em 7 de junho de 1900, mais de um ano após os artigos e suplementos de 1899. Nessa edição, foi anunciado à venda um livreto traduzido por Lauresto, contendo os seguintes artigos: “*A Maçonaria como Religião*”, um sermão do Rev. J. D. Brownlee²⁷; “*A Maçonaria perante o Cristianismo*”, pelo Rev. William Foster, pastor batista de Londres e “*A resolução oficial do Sínodo da Igreja Reformada dos Estados Unidos*” contra a Maçonaria, que havia sido publicada em *O Christão*, de novembro de 1899.²⁸

26 LESSA, p. 512; *O Estandarte*, São Paulo, 26 out. 1899, Organização da Igreja Filadelfa Presbiteriana, p. 4.

27. James Day Brownlee (1831-1919) foi pastor da Igreja Presbiteriana Unida em Indiana County, Pensilvânia, e um grande líder espiritual da época. Pastoreou por longos 60 anos.

28. *O Estandarte*, São Paulo, 07 jun. 1900, p. 3.





Além do anúncio, a mesma edição de O Estandarte começou a publicar trechos da tradução, sob o título “*Folheto Antimaçônico*”. A apresentação do material foi feita por um dos redatores do jornal, sem assinatura, mas o teor do texto sugere fortemente que foi escrito pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira. O trecho inicial dizia:

Está ainda na memória de nossos leitores as polêmicas travadas sobre a Maçonaria e o Evangelho e o quanto saíram do terreno dos princípios e normas evangélicas. Agora, porém, nova fase se abre sobre essa questão. Brevemente o Sínodo de nossa Igreja tem de proferir sua decisão sobre o ponto: ou abre ou cerra as portas da Igreja comprada com o Sangue do Unigênito Filho de Deus a uma sociedade, cujos membros, na maioria incrédulos, chegam ao trono da graça sem ser por meio de Nosso Senhor.²⁹

O autor referia-se à reunião do Sínodo que iria ocorrer a partir de 12 de julho em Campinas e que deveria discutir sobre a consulta enviada pela 1ª. Igreja referente ao tema. Entretanto, enquanto o foco principal parecia ser o esclarecimento e a pureza doutrinária, uma série de eventos e discussões eclesiais revelou conflitos mais profundos.

O Presbitério de São Paulo e as controvérsias com o Rev. Eduardo

Em julho de 1900, a tensão aumentou durante a reunião do Presbitério de São Paulo. Na sessão de 5 de julho, dias após a publicação dos artigos antimaçônicos, foi apresentado um pedido assinado pelo Rev. Manoel Antonio de Menezes e pelo presbíte-

29. Idem, p. 2.





ro Eduardo José Duarte³⁰, solicitando providências sobre boatos que alegadamente afetavam o caráter moral e cristão do Rev. Eduardo Carlos Pereira.

A proposta era formar uma comissão para apurar os fatos. Estando ausente da sessão de abertura, onde entrou o documento, o Rev. Eduardo foi defendido por três colegas que impugnaram o documento afirmando não ser exato sobre a natureza da denúncia, tendo caráter especulativo.³¹

Na sessão seguinte, tendo sido informado, o Rev. Eduardo solicitou que o documento fosse lido em plenário e que os signatários apresentassem provas. Na verdade, tratava-se do entrevero havido pela imprensa da época, *O Estandarte* e a *Revista das Missões Nacionais*, entre o Rev. Eduardo e o Rev. Horace Allyn, da diretoria do Seminário. Depois de muitas discussões e com o argumento do próprio Rev. Eduardo que tudo o que escrevera eram fatos e não boatos, o documento não prosperou.³²

Dois outros episódios aumentaram ainda mais as tensões. Primeiro, a readmissão do Rev. Modesto de Carvalhosa, que havia saído para organizar a Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo, cuja reintegração foi questionada pelo Rev. Eduardo. Depois, a revogação de uma pena disciplinar de sete anos atrás, aplicada pelo Presbitério de São Paulo a pedido do Conselho da 1ª. Igreja Presbiteriana de São Paulo, da qual o Rev. Eduardo era pastor, contra Horace Lane, diretor do Colégio Mackenzie.

30. O Rev. Menezes, português da Ilha da Madeira, era missionário da Junta de Nova Iorque e estava morando em Minas Gerais atendendo a vários campos, inclusive no Vale do Paraíba. O presbítero Eduardo Duarte era oficial da Igreja de Botucatu.

31. LESSA, p. 524.

32. Idem, p. 525.





A reunião do Sínodo de 1900

A reunião do Sínodo, ocorrida em Campinas a partir de 12 de julho de 1900, trouxe novamente à pauta o *Plano de Reorganização do Seminário*, apoiado pelo Conselho da 1ª Igreja e pelo Presbitério de São Paulo. Contudo, o parecer do Rev. Dr. Kyle, diretor do Seminário, foi contrário, considerando o plano inoportuno. Após ser derrotado, o Rev. Eduardo registrou um voto de protesto, apondo cinco argumentos. Mais tarde, reconheceu que a questão maçônica havia dividido o apoio que possuía: “*Esta questão dispersou de vez a maioria compacta, que, em 1894 e 1897, se pronunciara tão energicamente contra o esforço absorvente do Colégio Protestante. A questão maçônica foi o sinal de debandada*”³³.

O Rev. Boanerges Ribeiro argumenta que para o Rev. Eduardo, o “*chefe do grupo antinacional*” era o Rev. Álvaro Reis³⁴, pastor da Igreja do Rio de Janeiro e seu ex-apoiador³⁵. O Rev. Reis era do alto escalão da maçonaria no Rio de Janeiro e passou a ser o grande articulista contra os projetos do Rev. Eduardo no jornal *O Puritano*.

Depois disso, entrou na pauta do Sínodo a consulta feita pelo ex-diácono da 1ª. Igreja, Joaquim Bernardes, agora na Igreja Filadelfa, em que perguntava se era permitido um membro da Igreja Presbiteriana se filiar à Maçonaria. A questão que originou o documento era o descontentamento do referido diácono aos “ca-

33. PEREIRA, Eduardo Carlos. *Origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil*. 5ª. ed. São Paulo: Editora Vida & Caminho, 2024, p. 37.

34. RIBEIRO, 1987, p. 353.

35. Para destacar a relação de proximidade entre os pastores Eduardo Carlos Pereira e Álvaro Reis antes dos ataques contra a Maçonaria, este último convidou o Rev. Eduardo para escrever o “prólogo” do seu mais combativo livro *Origens Chaldaicas da Bíblia*, cuja primeira edição saiu em 1893. REIS, Álvaro. *Origens Chaldaicas da Bíblia*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Redação do Puritano, 1918.





luniadores de irmãos”, que com “*intolerância e imprudência*” vêm “*pelo órgão da Igreja Presbiteriana*” dizendo que o crente maçom é “*hipócrito, mentiroso, incrédulo, ateu, traidor, bêbado e mundano*”. E termina com uma ameaça: “*se for assim, me processem ou eu os processarei*”³⁶. É nomeada uma comissão que dá o seguinte parecer que é aprovado na sessão do dia 18:

Os símbolos e o Livro de Ordem nada dizem a respeito e, portanto, é permitido a um membro da Igreja ser maçom, se a sua consciência não o proíbe; mas o Sínodo não o julga necessário. O Sínodo reconhece o direito de cada membro ter a sua opinião a respeito, mas julga prejudicial à causa do Evangelho qualquer propaganda pró ou contra a Maçonaria no seio da Igreja.³⁷

O Sínodo consentiu em registrar o dissentimento do Rev. Eduardo sobre o parecer, embora o mesmo houvesse feito um protesto com três objeções contra a Maçonaria³⁸. Posteriormente, na edição de *O Estandarte* de 2 de agosto, ele publicou o seu *Protesto* de forma mais desenvolvida com nove tópicos contra a Ordem.

Também é importante registrar que vários outros assuntos envolvendo o Rev. Eduardo, *O Estandarte* e a 1ª. Igreja Presbiteriana de São Paulo foram votados. E ele acabou sendo vencido em todas elas. O Rev. Boanerges Ribeiro faz um resumo desses temas apreciados pelo supremo concílio da Igreja. Um deles é que na reorganização dos presbitérios, a 1ª Igreja de São Paulo, a mais antiga depois da do Rio de Janeiro, foi arrolada juntamente com o

36. *Idem*, p. 358.

37. *Ibidem*

38. LESSA, p. 527.

